

AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial
95143 7 2007 DR. SC
AL FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Aprovado Mosaico do Parque da Serra do Tabuleiro

De origem do Executivo, projeto muda a realidade de cerca de 30 mil famílias catarinenses



Eduardo Guedes de Oliveira

Contrários à proposta que define limites do Parque se manifestam nas galerias do plenário



Eduardo Guedes de Oliveira

Favoráveis à proposição comemoram aprovação no hall da Assembleia Legislativa

Página 3

Sessão solene destaca 40 anos da Coperio

Solon Soares



Solenidade em Joaçaba resgata trajetória da Cooperativa Rio do Peixe

Na primeira sessão solene do ano, o Parlamento prestou homenagem, dia 26 de fevereiro, aos 40 anos de atividade da Cooperativa Rio do Peixe (Coperio), presente em

75 municípios de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A solenidade foi realizada no Teatro Alfredo Sigwalt, em Joaçaba.

Páginas 4 e 5

Santa Rosa do Sul pede ajuda parlamentar para escola

Página 6

Ismael assume como deputado

Página 6

Parlamento homenageia imigrantes alemães

Alberto Neves



Sessão solene marca 180 anos da colonização de São Pedro de Alcântara

Página 5

Comissões Permanentes iniciam trabalhos

Página 4

OPINIÃO

Primeiro secretário: o prefeito da Assembléia

Com o propósito de estreitar cada vez mais e coordenar o relacionamento entre os poderes Legislativo e Executivo de Santa Catarina, fui eleito 1º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa, desempenhando a função desde o início de fevereiro deste ano.

Natural de Concórdia, sou agropecuarista e entrei na vida pública em 1982, como vereador. Em 1992, fui eleito prefeito da cidade, onde realizei diversas ações. Fui eleito deputado estadual pela primeira vez em 1998, cumprindo atualmente seu terceiro mandato.

O cargo de 1º secretário é extremamente importante dentro da administração da Assembléia e requer responsabilidade, transparência e competência. Tenho plena consciência do grande trabalho que temos pela frente, por isso coloquei meu nome à disposição, pois quero desempenhar a função da melhor maneira possível. A Alesc possui um corpo de funcionários

extremamente competente, que fornece toda a assessoria necessária.

Como 1º secretário, participo das reuniões da Mesa, com direito a voto. Assumo a direção dos trabalhos da sessão plenária na falta do presidente e vice-presidentes. Assino os atos e atas da Mesa, recebo as mensagens e proposições governamentais, bem como encaminho os pedidos de informações aprovados em plenário. Também presido a Corregedoria da Casa, órgão encarregado de zelar pela ordem administrativa e disciplinar no edifício e adjacências de sua sede.

Ainda dentro das funções administrativas, o 1º secretário é quem recebe e expede as correspondências oficiais da Assembléia Legislativa, com exceção das comissões técnicas. Deve tomar parte em todas as votações, distribuir as matérias para as comissões temáticas, incluir na pauta as matérias em condições regimentais para

entrar na ordem do dia, fazer a lavratura dos autógrafos a serem encaminhados ao Poder Executivo e secretariar as sessões plenárias.

Alguns chamam o 1º secretário de prefeito da Alesc, se a compararmos com um município, tamanha é a abrangência da função. Temos que estar sintonizado com toda estrutura do Poder, como um prefeito em relação a sua cidade.

Mas o principal objetivo é ordenar os trâmites para que os trabalhos sigam na velocidade normal, cumprindo-se os prazos exigidos. Antes, eu encaminhava os projetos à Primeira Secretaria e cobrava agilidade; hoje este trabalho está invertido, eu é que devo dar respostas aos questionamentos e perguntas dos meus pares, o que procuro fazer com muito esmero, tranquilidade e competência.

Deputado Moacir Sopelsa (PMDB), 1º secretário da Assembléia Legislativa

A responsabilidade de compor a Mesa

Fazer parte da Mesa Diretora é uma grande responsabilidade, em especial para um deputado que está em sua primeira legislatura. Em quatro anos de mandato, estarei sempre atuando na Mesa. Nos primeiros dois anos do mandato, fui terceiro secretário e nos próximos dois atuarei como segundo secretário da Assembléia Legislativa.

Na Mesa, tratamos da condução do Parlamento Catarinense, sempre atentos às necessidades do nosso estado. Uma missão que considero muito importante como deputado e como representante da minha região, o Vale do Itajaí, Vale do Itajaí-Mirim, Vale do Rio Tijucas e Meio-Oeste Catarinense, de onde sou natural.

Como segundo secretário,

devo participar das reuniões da Mesa com direito a voto; lavar a ata das sessões plenárias; assinar os atos da Mesa; instruir as proposições com a decisão do Plenário e por fim substituir o primeiro secretário quando ele, por ventura, estiver ausente da Casa.

Esse ano será de um ano de muito trabalho ao lado do presidente Jorginho Mello e demais membros da mesa na condução da Assembléia Legislativa. Além da rotina normal em Plenário com projetos importantes para o estado, teremos a construção do anexo dos Gabinetes dos Deputados.

Na minha avaliação, 2008 foi muito positivo para o Parlamento. A gestão anterior, comandada pelo deputado Julio

Garcia, na qual desempenhei a função de terceiro secretário, trouxe inúmeros avanços para o Parlamento catarinense, sempre buscando facilitar o trabalho dos deputados, aproximando o Legislativo de Santa Catarina cada vez mais do cidadão.

Diversas ações foram desenvolvidas para tornar os serviços da Casa Legislativa mais eficientes e céleres. Sem dúvida, assumimos essa nova gestão com a grande responsabilidade de continuar fazendo da Assembléia Legislativa de Santa Catarina uma referência para o Serviço Público.

Deputado Dagomar Carneiro (PDT), 2º secretário da Assembléia Legislativa



Obras devem ser concluídas em 90 dias e vão facilitar acesso ao prédio

Obras de reforma e ampliação na Assembléia Legislativa

A Assembléia Legislativa iniciou, no dia 25 de fevereiro, as obras de ampliação e melhoramento da fachada externa do Palácio Barriga Verde, sede do Poder. As mudanças previstas têm o objetivo de proporcionar maior segurança aos visitantes, servidores e parlamentares estaduais.

O projeto está orçado em R\$ 1,4 milhão e inclui detectores de metal, entrada diferenciada para veículos e pedestres e substituição do sistema de iluminação do hall. As obras devem ser concluídas em 90 dias e irão facilitar o acesso da população ao Parlamento catarinense.

O hall da Assembléia Legislativa será ampliado, avançando para onde está hoje o posto de coleta dos Correios. Serão instaladas novas luminárias para reduzir em 75% o gasto com energia. Um sistema de refrigeração também será ativado no hall, já que muitos eventos são realizados neste espaço.

As pessoas entrarão na sede do Parlamento estadual por duas únicas passagens e a atual escada de acesso ao Auditório Antonieta de Barros será desativada. Os detectores de metal e a identificação individual no balcão de informações irão reforçar a segurança no local.

[AGENDA]

• **Dia 9, 19 horas** - Abertura da exposição coletiva da Associação Catarinense dos Artistas Plásticos (ACAP)
Local: Galeria de Arte Meyer Filho

• **Dia 11, 19 horas** - Lançamento do livro "Casa Azul", de Evandro André de Souza
Local: Hall da Assembléia Legislativa

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Jorginho Mello (PSDB)

1º Vice-Presidente: Gelson Merísio (DEM)

2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)

2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: Ada De Luca (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Flávia Jacomel, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

ESPECIAL

Criado Mosaico da Serra do Tabuleiro

De origem do Executivo, matéria também institui Fundo de Regularização, Implantação e Manutenção da Reserva

Rodrigo Viegas
Denise Arruda Bortolon

O Parlamento catarinense aprovou, na sessão ordinária do dia 4, o Projeto de Lei nº 347/2008, que reavalia e define os atuais limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro; institui o Mosaico de Unidades de Conservação da Serra do Tabuleiro e Terras do Massambu e cria o Fundo Especial de Regularização, Implantação e Manutenção do Mosaico. A matéria trata de um tema que se arrasta há mais de 30 anos e monopolizou os pronunciamentos e lotou a Assembléia Legislativa, sendo necessária a instalação de um telão no hall da Casa para que cerca de 750 presentes pudessem acompanhar a análise da matéria, entre eles, prefeitos e vereadores dos municípios abrangidos.

O PL foi encaminhado pelo Poder Executivo em regime de urgência no ano passado e passou pela análise de quatro comissões: de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, de Agricultura e Políticas Rurais e de Turismo e Meio Ambiente.

A aprovação, com três emendas modificativas e uma emenda aditiva, aconteceu com 30 votos favoráveis e seis contrários à matéria, estes vindos da bancada do Partido dos

Trabalhadores e do deputado Sargento Amauri Soares, líder do PDT. Quatro deputados não votaram: o presidente Jorginho Mello (PSDB), que só vota em caso de empate, o deputado Padre Pedro Baldissera (PT), que não participou da sessão, e os deputados Kennedy Nunes (PP) e Rogério Peninha Mendonça (PMDB), ausentes do Plenário no momento da votação.

Uma das três emendas modificativas acatadas é de autoria do deputado Moacir Sopelsa e outra do deputado Renato Hinnig, ambos do PMDB, que alteram as coordenadas do Polígono Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, conforme negociações realizadas em reuniões comunitárias. A primeira emenda atende a comunidade da Guarda do Embaú, em Palhoça, e a segunda refere-se à localidade de Espiraído, município de Paulo Lopes.

A terceira emenda modificativa, de autoria do relator, deputado Marcos Vieira (PSDB), isenta o Estado de indenizações quando uma propriedade for adquirida por doação. Já a emenda aditiva, também apresentada por Marcos Vieira, inclui o município de Águas Mornas na nova definição do parque, com o argumento de que as famílias lá residentes necessitam de regulamentação fundiária.



Marcos Vieira diz que projeto definindo limites do Parque da Serra do Tabuleiro põe fim à insegurança patrimonial

Relator destaca solução para 30 mil famílias

Relator da matéria, o deputado Marcos Vieira (PSDB) iniciou o debate traçando o histórico da implantação do Parque da Serra do Tabuleiro, em 1975. Lembrou que a iniciativa atingiu sete municípios: Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, São Martinho, Paulo Lopes e Imaruí.

"O projeto vem atender aos anseios de uma população de 30

mil famílias que se encontram na iminência de perderem suas propriedades, muitas herdadas de seus avós. Sabemos que em Unidade de Conservação com preservação permanente não pode existir o domínio privado. Contudo, em 1975, quando o decreto foi editado, já existiam famílias que lá habitavam, causando insegurança e intranquilidade, falta de perspectiva de desenvolvimento

dos municípios, criminalização da população e núcleos urbanos no perímetro", argumentou.

Vieira lembrou que a situação gerou insegurança patrimonial por 33 anos. "O governador atendeu ao clamor da população e encaminhou o projeto, um marco que devolveu direito de propriedade e liberdade a todos", observou.

Oposição critica a tramitação

Enquanto a base governista apoiou o PL de forma incondicional, inclusive com o engajamento dos progressistas, o Partido dos Trabalhadores manteve sua postura contrária. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, o deputado Décio Góes (PT) criticou não só os aspectos técnicos da matéria como o modo de sua tramitação na Assembléia. "Um dos pontos mais problemáticos é o pouco

tempo para resolver uma questão de tantos anos. Existe uma série de inconstitucionalidades na forma como está sendo feita a demarcação do parque e das áreas de preservação, as formas de gestão dessas áreas e a constituição do fundo. Tudo precisa ser muito detalhado. Está se criando uma falsa expectativa com esse PL. Gostaria de votar uma lei que resolvesse de fato os problemas, mas esta proposta

atropela tudo o que foi debatido no Fórum com as comunidades", declarou.

Na mesma direção, o deputado Sargento Soares criticou o que chamou de "ocupação em área de preservação permanente" e afirmou que a proposta facilita a especulação imobiliária e não atende as necessidades das famílias mais humildes e que mais sofrem com o problema que se arrasta há tantos anos.

Também inconformado com o ritmo acelerado com que foi apreciada a matéria, o deputado Pedro Uczai (PT) criticou o fato de o Fórum Parlamentar do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, responsável pelo debate, ter sido desconsiderado e de diversos setores terem sido ignorados. Uczai também direcionou seu ataque ao Conselho Deliberativo do Fundo que, segundo ele, será composto por pessoas ligadas ao interesse privado. "Sei dos interesses hegemônicos que vão pautar o desenvolvimento da região: a especulação imobiliária", concluiu o petista.

Governistas avaliam proposta

Membro do Fórum Parlamentar para tratar do assunto, o deputado Renato Hinnig (PMDB) ocupou a tribuna para salientar que o PL traz de forma clara as definições do que são áreas de preservação, mosaico, zona de amortecimento e zona de transição. "Há mais de 30 anos existe uma pendência jurídica. Agora estamos fazendo regras permanentes para quem lá está saber como conduzir seu destino", afirmou. Defendeu o fundo que será criado com recursos do governo e da iniciativa privada para ajudar na indenização das áreas desapropriadas.

Já o deputado Edison Andrino

(PMDB) criticou o fato de no Brasil as normas ambientais serem definidas por decreto e não por uma legislação específica. "Quem tem que legislar neste setor é o Congresso, as assembleias, as câmaras municipais. Por decreto, é um equívoco", avaliou

Andrino admitiu grandes avanços na discussão. "Chegamos a um projeto que procura atender todas as demandas." Mesmo assim, registrou preocupação com a ocupação da área e a utilização do solo. "Cabe agora aos prefeitos e vereadores dos municípios envolvidos realizar um plano diretor adequado."



Góes (e) levanta inconstitucionalidade; Uczai (em pé), a exclusão do Fórum

Anunciadas próximas etapas

O presidente do Movimento de Recategorização do Parque da Serra do Tabuleiro, Renato Sehn, falou das próximas etapas de ações públicas junto ao mosaico que vai atingir cerca de 30 mil famílias. A primeira será a implantação do Mosaico, seguida por ações administrativas das prefeituras e a forma como as áreas poderão ser usadas. "Os planos diretores de cada município serão responsáveis pelo que vai ser feito dentro deles. Dentro de cinco anos pretendemos alcançar resultados melhores do que foi colocado pelo governo há 33 anos, não cumprindo a sua parte".

INSTITUCIONAL

CCJ inicia trabalhos e elege vice-presidente



Ao lado do presidente Titon, Marcos Vieira foi eleito com seis votos para função

O deputado Marcos Vieira (PSDB) foi eleito, dia 3, vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) com seis votos favoráveis e duas abstenções da bancada do PT. O líder petista, deputado Dirceu Dresch, e deputado Pedro Uczai, alegaram tese de que a vaga deveria ser ocupada pela oposição, uma vez que a presidência está com um deputado da base do governo.

A CCJ também deliberou pela compatibilidade dos vetos do Executivo. Pelo entendimento da maioria dos membros, as manifestações sobre o mérito serão em Plenário.

Os deputados mantiveram o veto ao projeto de lei que autoriza o governo a instituir programa de assistência psicológica aos servidores que atuam na Segurança Pública. De autoria do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), o PL 0149/2007 recebeu emenda substitutiva global do deputado Sargento Amari

Soares (PDT), que votou contra a orientação do relator da mensagem de veto, o presidente da CCJ, deputado Romildo Titon (PMDB), que defendeu a posição do governo. Ele lamentou a falta de interesse do Executivo e do Parlamento em aprovar a proposta.

Além do PL 149/07, também foram vetados o PL 320/08, que denomina de José Lino Franzen o prédio que abriga a Casa da Cidadania de Leoberto Leal; o PL 61/07, que dispõe sobre a instituição do Programa Estadual de Ações Afirmativas, de Promoção da Igualdade no Estado; o PLC 27/08, que altera caput do artigo 70, da Lei nº 6.745, que define prazo de licença-maternidade às servidoras públicas estaduais; e o PLC 26/07, que institui as regiões metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera e de Tubarão.

Finanças redistribuiu proposições

Na primeira reunião do ano da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa, dia 4, as matérias que integravam a Comissão em 2008 foram redistribuídas para os atuais membros. Com isso, o presidente da Comissão, deputado Marcos Vieira (PSDB), acredita que na próxima semana já será possível iniciar efetivamente os trabalhos.

Ao iniciar a reunião, o presidente agradeceu seus colegas de comissão pela confiança e afirmou que terá uma postura democrática e transparente à frente da Comissão de Finanças.

Marcos Vieira enfatizou ainda que, com a participação e a experiência de todos os membros, as responsabilidades serão divididas e os problemas amenizados. "Agradeço a confiança em mim

depositada. Este será um ano de muito trabalho", disse.

Os parlamentares José Natal Pereira (PSDB), Professora Odete de Jesus (PRB), Renato Hinnig (PMDB) e Silvio Dreveck (PP) transmitiram mensagens de boas-vindas ao presidente e ressaltaram o importante papel da Comissão de Finanças e Tributação para o Estado.

Os deputados lembraram que a Comissão aprecia no mérito toda a questão financeira das proposições que tramitam no Legislativo para a execução de obras conduzidas pelo Executivo e o Orçamento e o Plano Plurianual (PPA).

Também fazem parte da Comissão os deputados Darci de Matos (DEM), como vice-presidente, Kennedy Nunes (PP), Décio Góes (PT) e Manoel Mota (PMDB).



Proposta pelo presidente Jorginho Mello, solenidade no Teatro Alfredo Sigwalt, em Joaçaba, resgata trajetória de vitória da cooperativa que hoje está presente em 75 municípios

Homenagem à Coperio abre calendário de sessões solenes em 2009

Deputados destacam 40 anos da Cooperativa Rio do Peixe em solenidade realizada em Joaçaba

Rose Mary Paz Padilha

A primeira sessão solene de 2009 prestou homenagem, dia 26 de fevereiro, à Cooperativa Rio do Peixe (Coperio) pelos 40 anos de atuação. A solenidade, no Teatro Alfredo Sigwalt, em Joaçaba, foi conduzida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB), presidente da Casa Legislativa, e marcada pela entrega de placas comemorativas a 63 pessoas que contribuíram para o desenvolvimento da cooperativa.

Associados, ex-presidentes, funcionários, convidados e autoridades prestigiarão a sessão. Proponente da homenagem, Jorginho Mello destacou a importância da Coperio no desenvolvimento de Santa Catarina e a luta dos seus associados e dirigentes. Falou da preocupação do presidente da Coperio, Décio Sonaglio, com as questões ambientais, principalmente o código ambiental estadual. "Que Santa

Catarina possa oferecer subsídios à bancada federal, em Brasília, para modificar a legislação federal, corrigindo distorções. Queremos que o grande vencedor seja o nosso Estado" frisou.

O presidente da Coperio, no cargo desde 1988, disse que a sessão solene é histórica, que é a primeira vez que o Poder público presta homenagem à cooperativa. "Recebemos com muita honra e orgulho a homenagem, que reconhece o valor dos nossos agricultores", afirmou. Em seguida foi realizado o ato administrativo do governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional, doando ao município de Joaçaba um terreno que será transferido à cooperativa para a expansão de suas atividades.

Em nome dos associados da Coperio, o vice-presidente, Geraldo Ferronato, há 30 anos no quadro funcional, destacou em seu discurso lutas e conquistas da entidade.



Jorginho Mello entrega placa ao presidente da Coperio, Décio Sonaglio

Os homenageados

Rafael Laske - Prefeito de Joaçaba
Fabiano Luiz Piovezan - Pres. Câmara de Vereadores de Joaçaba
Pedro Nissola (in memoriam) - ex-presidente da Coperio. Recebeu a homenagem Valdir Nissola
Arcangelo Zambiazzi (in memoriam) - ex-presidente da Coperio. Recebeu a homenagem Desolina Zambiazzi
Décio Sonaglio - presidente da Coperio
Geraldo Ferronato - vice-presidente da Coperio
José Zeferino Pedroso - ex-presidente da Coperio
Julio Cesar Schitz - Filial Ibicaré
César do Amaral - Filial Jaborá
Gerson Gavazani - Filial Erval Velho
Valderes Terezinha Johann Corb - Filial Irani
Marcelo Ferrari - Filial Catanduvas
Márcio dos Santos - Filial Água Doce
Enori Guaragni - Filial Joaçaba
Ivandro Carlos Cadori - Filial Vargem - Bonita
Lúcio Jorge Hensel - Filial Treze Tilias
Ángelo Dengo - Filial Luzerna
Dionísio Antonio Flores de Camargo - Posto de Leite Joaçaba
Vitor Dambrós - Filial Ouro
Emerson Brás Fiorin - Fábrica de Rações Joaçaba
Félix Antonio Esperotto - Filial Vargeão
Uelinson Samuel Bernart - Central de Inseminação Joaçaba
Rudimar Luiz Pelissari - Granja Joaçaba
Rodrigo Zanella - Filial Faxinal dos Guedes
Márcio Luiz - Granja Erval Velho
Moacir Luiz Lovato - Granja Água Doce
Dilmar Albará - Granja Jaborá
Dirlei Luiz Fiorentini - Filial Herval d'Oeste
Euzébio Rodrigo Barreta - Filial Abelardo Luz
Adriano Biotto - Filial Ouro Verde

Vanio Bochio - Granja Luzerna
Cláudio Teodoro da Silva - Filial Horizontze-Água Doce
Denilson do Amaral - Filial Zortéa
Valdomiro Presente - Granja de Xanxerê
Ricardo Luiz Zanchetta - Filial Ponte Serrada
Alessandra Rita Faccin Contini - Filial Braço do Norte
Assis Alves Bittencourt - Filial Machadinho
Haroldo Pereira - Campo de Recria Catanduvas
Vendelino Marion - Filial Lages
Rodrigo Horn - Filial Maximiliano de Almeida
Fábio Bileski - Filial Monte Castelo
Jucemar Andrade - Filial Santa Terezinha
Denilson Corrêa da Maia - Filial Cainoinhas
Eliseu José Bussi - Filial Papanduva
Itamar Arbogau - Filial Itaiópolis
Josnei Schuttr - Filial Mafra
Silvano José Gomes dos Santos - Posto de Leite Mafra
Vamir Paulo Bonamigo - Fábrica de Rações Mafra
Márcio Luiz dos Passos - Filial Bela Vista do Toldo
Evandro Palhoza - Filial Major Vieira
Alexandre Sponchiado - Filial São Bento do Sul
Ivonir Kuchler - Filial Rio da Anta-Santa Terezinha
Elmar Lambe - Filial Campo Alegre
Osni Gomes dos Santos - Filial Poço Preto-Irineópolis
Evandro Luiz Pontel - Filial Água Doce II
Marcio Toscan - Filial Irineópolis
Valmir Rosa Corrêa - Filial São José do Cerrito
André Luis Dambrós - Filial Celso Ramos
Edson José Baesso - Filial Orleans
Jailson Gean Wolmann - Filial Urubici
Gilmar Warmling - Filial Ponte Alta

Uma história de conquistas

A Cooperativa Tricolor Rio do Peixe Ltda (Coperio), hoje Cooperativa Rio do Peixe (Coperio), surgiu em 1969 diante da dificuldade enfrentada pelo setor agrícola no município. Um grupo de 56 agricultores do distrito de Nova Petrópolis, interior de Joaçaba, buscava alternativas para a falta de assistência técnica na produção de grãos, principalmente o trigo, que era o principal produto da época. Os produtores também enfrentavam dificuldades pela falta de silos para o armazenamento da produção.

Hoje a cooperativa está presente em 75 municípios de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Conta com 7 mil sócios, dos quais 95% são mini e pequenos produtores baseados na mão-de-obra familiar.

O quadro funcional tem 520 colaboradores, além de fretiros terceirizados, que transportam a produção dos associados e os insumos para suas propriedades. Entre associados, colaboradores e familiares somam-se mais de 20 mil pessoas. A Coperio é considerada a extensão das atividades e dos negócios das pequenas propriedades, sendo responsável pela organização da produção agropecuária, possibilitando a inserção eficiente nos mercados. Atua ao longo das cadeias produtivas, possibilitando a compra em comum de insumos, como adubos, agro-químicos e máquinas agrícolas.

Solenidade marca 180 anos de São Pedro de Alcântara



Deputado Andriano, um dos autores da proposta, destaca contribuição dos imigrantes alemães para o estado

Graziela May Pereira

A primeira colônia alemã de Santa Catarina, em São Pedro de Alcântara, comemorou, dia 5, 180 anos, com sessão solene no Salão da Igreja Matriz. Requerida pelos deputados Edison Andriano e Renato Hinnig, ambos do PMDB, a solenidade, que lotou o salão e foi animada pela banda de música típica Haus Musikanten, homenageou os imigrantes que vieram do Sudoeste da Alemanha em 1829 e sua descendência.

Os 180 anos de colonização alemã foram completados no dia 1º de março. "Temos que homenagear esse povo que trouxe tantas contribuições para Santa

Catarina, como a sua cultura rica e belíssima", disse o deputado Andriano.

Ele ainda destacou o forte espírito comunitário, a força e a perseverança, características do povo alemão que os transformaram em exemplo de resistência na adversidade. "São Pedro de Alcântara é um marco imigratório que à memória histórica catarinense convém preservar para a posteridade", completou.

De acordo com o deputado Hinnig, tipicamente trajado, "a imigração alemã é muito forte no município e com esse grande povo veio o desenvolvimento e a disciplina. Temos muito o que comemorar". Ele aproveitou a ocasião festiva para anunciar

que há uma cervejaria alemã interessada em se instalar no município. "Sem dúvida nenhuma o esforço e a vontade de vencer são os pontos fortes de São Pedro de Alcântara. Esse empreendimento vai se concretizar graças à vontade desse povo", falou.

O prefeito municipal, Ernei José Stähelin (PMDB), afirmou que a homenagem fará parte, também, da história da cidade, por seu significado. "Para nós é um marco histórico o que está acontecendo hoje. Nossa etnia contribuiu e ainda contribuirá muito com o estado. Amamos muito as nossas raízes, mas também amamos muito o povo que nos acolheu", disse.



Deputado Hinnig, outro proponente, anuncia cervejaria para município

Presidente destaca "história, superação e luta"

Enaltecendo o culto às tradições, comum entre os alemães, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), resumiu a importância da cidade para Santa Catarina: "São Pedro de Alcântara irradia força e esperança para o estado. Reverenciamos a sua cultura e seu espírito empreendedor, pois marcou a abertura de uma nova era para

em nome das 11 personalidades homenageadas (leia box) falou o ex-governador Jorge Bornhausen (DEM).

"Estar aqui é um emocionado encontro para mim. São Pedro de Alcântara irradia força e esperança para o estado. Reverenciamos a sua cultura e seu espírito empreendedor, pois marcou a abertura de uma nova era para

Santa Catarina", disse.

Também estiveram presentes na sessão solene em São Pedro de Alcântara os deputados Cesar Souza Júnior (DEM), José Natal Pereira (PSDB), Marcos Vieira (PSDB), Giancarlo Tomelin (PSDB) e Professor Sérgio Grando (PPS), além do secretário do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, Valter Gallina (PMDB).

Destaques

Jorge Konder Bornhausen
 Bispo D. Augustinho Petry
 Gervásio José da Silva
 Sílvia Hoepcke da Silva
 Monsenhor Agostinho Stähelin
 Frei Elzeário Schmitt
 José Acácio Santana
 Sísínio Leopoldo Kretzer
 Etelvino Vidal Vieira
 Leo Pauli
 Vendelino Meurer

GERAL

Santa Rosa do Sul cobra solução para infra-estrutura de escola

Comunidade pede ajuda parlamentar para Escola Estadual João dos Santos Areão

Pais, alunos e professores estiveram, dia 3, na Assembléia Legislativa cobrando melhorias para a Escola Estadual João dos Santos Areão, em Santa Rosa do Sul, Sul catarinense, que, segundo eles, está em péssimas condições. O grupo foi recebido pelo presidente da Casa, deputado Jorginho Mello (PSDB), e pelos deputados petistas Dirceu Dresch e Décio Góes.

Cerca de 40 pessoas entregaram relatório com reivindicações de melhoria em infra-estrutura, na área pedagógica e no corpo funcional. De acordo com Renato Cabral, pai de aluno, o movimento busca a dignidade dos mestres. "Estamos desde dezembro participando dessa mobilização junto com os professores. Todas as autoridades já procuradas foram totalmente insensíveis aos nossos apelos."

Segundo o relatório, a escola recebe mais de 800 alunos, que estudam em instalações inadequadas. "Há uma turma com



Presidente Jorginho Mello e deputados recebem comitiva de município

73 alunos. A diretoria afirmou que isso aconteceu por falta de professores, então tiveram que juntar as turmas. Isso é inconcebível", completou Renato.

O relatório denuncia ainda o uso indevido do ginásio de esportes da escola por uma particular. Segundo denúncia, o local é

alugado no período da noite. Os pais afirmam que a Associação de Pais e Professores (APP) nunca viu o dinheiro desse aluguel.

A professora Nelizete Abel Sala de Borba, há 24 anos no magistério, lamentou a situação da unidade. "A escola precisa ser reconstruída na infra-estrutura,

no pedagógico e no emocional. Estamos esgotados", falou.

Solidário

Depois de ouvir as reivindicações, o presidente Jorginho Mello se declarou solidário com a causa e assumiu o compromisso de conversar com o secretário da Educação, Paulo Bauer, para solicitar alguma medida. "Vou falar com o secretário e pedir que ele tome providência. Não podemos deixar nossas crianças sem aula", finalizou.

Na sessão ordinária, o deputado Joares Ponticelli (PP) destacou o assunto e disse que também vai conversar com o secretário pedindo soluções urgentes para o problema.

Ponticelli garantiu que vai ficar atento para acompanhar as medidas que serão tomadas nas próximas semanas. "Temos que tomar medidas urgentes e dar condições adequadas de trabalho e ensino."

Odete divulga mamografia

A deputada Professora Odete de Jesus (PRB), divulgou, na tribuna, dia 4, a Lei Federal 11.664, de 2008, que torna disponível de forma gratuita os serviços de mamografia para mulheres com mais de 40 anos a partir do dia 30 de abril desse ano. Para difundir a informação, a deputada programa um ato público, no dia 29 de abril, no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright. "Quero que toda mulher catarinense possa conhecer e usufruir dessa lei," adiantou Odete.

No ato, Odete pretende contar com a presença de autoridades federais e estaduais da área de Saúde e, assim, esclarecer como se dará a aplicação da lei. "Essa lei entrará em vigor e precisamos tornar pública sua vigência e sua execução," explica a deputada. "A partir desta data, o SUS (Sistema Único de Saúde) será obrigado a oferecer os exames para detectar o câncer de mama em mulheres com mais de 40 anos e o câncer do colo do útero para todas as mulheres sexualmente ativas, independentemente da idade", adianta Odete de Jesus.

Uczai denuncia superlotação

O presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, deputado Pedro Uczai (PT), subiu à tribuna, dia 3, para pedir providências do governo do estado em relação à precariedade de escolas da rede pública estadual. Uczai apresentou reportagem feita por uma emissora de TV e veiculada no dia 2, denunciando a superlotação na Escola Estadual Pedro Maciel, em Chapecó.

A matéria mostra as dificuldades de professores e alunos durante as aulas, devido ao excesso de estudantes na 6ª e 8ª série do período matutino. Há falta de carteiras e os alunos chegam a disputar espaço em sala de aula. Uma turma da 6ª série tem 47 alunos, quando a

capacidade é para 30 alunos.

A professora Silvane da Fonseca lamentou a situação e disse que está praticamente inviável trabalhar diante da superlotação: "na minha sala tem 47 alunos e eu não consigo chegar até o final da sala, se tiver que atender um aluno ou dar uma explicação".

Em seu pronunciamento, Uczai disse que a situação é inadmissível e exigiu uma solução urgente do governo do Estado para o problema. Uczai também cobrou esclarecimentos do secretário de Estado da Educação ao Parlamento, conforme requerimento aprovado em plenário em 2008. "É urgente e necessário que o secretário venha a esse Parlamento e se pronuncie sobre os investimentos na educação, bem como o que vai fazer para resolver a situação em várias escolas estaduais que enfrentam problemas neste início de semestre pela ausência de infra-estrutura adequada", argumentou Uczai.

O parlamentar lembrou ainda que a convocação de secretários de Estado para prestar esclarecimento na Assembléia está assegurada no Artigo 41 da Constituição Estadual, e que a ausência injustificada pode implicar em crime de responsabilidade.



Uczai: rede de ensino precária

CURTAS

Festa do Milho

A sessão plenária do dia 3 foi interrompida para anunciar a 17ª Festa do Milho Verde que será realizada no próximo fim de semana, em Santo Amaro da Imperatriz. Na oportunidade, Edésio Justen (PSDB), prefeito de Santo Amaro, convidou a sociedade catarinense para participar do evento que terá shows nacionais e gastronomia típica à base de milho verde. "O evento busca resgatar e valorizar o trabalho do agricultor, do povo do campo", frisou.

Braço do Norte

A eleição em Braço do Norte, no dia 1º, foi destacada no Parlamento. O deputado Joares Ponticelli (PP) comemorou a vitória de Evanisio Uliano (PP), eleito prefeito da cidade. Ele derrotou, com 51,71% dos votos, sua adversária Zalene Niehues Matos (PMDB). A posse de Evanisio será dia 16. O novo pleito aconteceu em virtude da cassação, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do candidato eleito Ademir da Silva Matos, que obteve 62,60% dos votos válidos.

Meio Ambiente

A bancada do PT, presidida pelo deputado Dirceu Dresch, apresentou, dia 3, as ações dos parlamentares durante a tramitação do Projeto de Lei nº 238/08, que institui o Código Ambiental, e esclarecer a finalidade das 144 emendas apresentadas ao projeto, com votação prevista para o dia 31 deste mês. Os petistas anunciaram que defendem a aprovação de um código que possibilite a conciliação entre o desenvolvimento e a preservação ambiental, que respeite as normas federais e não cause entraves jurídicos.



Ismael: região de Blumenau

Ismael substitui Julio Garcia

Como primeiro suplente do partido Democratas, tomou posse dia 4 o deputado Ismael dos Santos. Representante da região de Blumenau, onde foi vereador por três mandatos entre os anos de 1992 a 2004, Ismael retorna ao Parlamento no lugar do deputado Julio Garcia (DEM), que pediu licença de 60 dias para tratar de assuntos particulares.

O legislador esteve na Assembléia no período de junho a outubro de 2008, dedicando-se a projetos do meio ambiente, agricultura, entre outros.

PLENÁRIO

Venzon prega atendimento do SUS sem discriminação

Andreza de Souza

“O Sistema Único de Saúde (SUS) deve atender a população brasileira sem qualquer tipo de discriminação”, afirmou na tribuna, dia 5, o deputado Serafim Venzon (PSDB). Infelizmente, a realidade em todo o país é outra. E em Santa Catarina o atendimento por convênios com sistemas privados de saúde realizados pelos hospitais públicos está preocupando o deputado, que vê nessa prática uma forma de discriminação.

Diferenciação no tratamento da população, falta de informação e esclarecimentos sobre os direitos dos cidadãos são alguns dos muitos motivos que levaram o parlamentar a falar sobre o assunto. Segundo Venzon, quando um hospital público, que deveria atender exclusivamente

pelo SUS, usa de “subterfúgios” como convênios particulares ou o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos de vias terrestres (DPVAT), faz distinção entre as pessoas. “Os atendidos por convênios têm tratamento e quartos melhores. Fica claro que quem é atendido pelo SUS é pobre”, disse.

Conforme o parlamentar, a prática requer muita atenção, pois quando as unidades do SUS fazem parcerias com planos de saúde, estes pacientes são privilegiados e passam a encabeçar a já longa fila de espera do SUS para a marcação de exames e consultas, e ficam à frente nas listas para cirurgias e demais procedimentos.

Motivado por esta situação que considera injusta, Serafim Venzon está tentando fazer com que o Executivo encaminhe à As-

sembléia Legislativa um projeto de lei que possa regularizar o atendimento, fazendo com que os hospitais conveniados exclusivamente pelo SUS atendam somente pelo sistema.

“É preciso estimular e criar melhores condições para os hospitais que atendam somente pelo SUS”.



Venzon: falta de informação

Tomelin na luta contra inadimplência em condomínios

O deputado Giancarlo Tomelin (PSDB) usou, dia 5, seu espaço para defender o Projeto de Lei Complementar nº 31/2008, de sua autoria, que visa combater os altos índices de inadimplência nos condomínios. A proposta altera a Lei Complementar nº 219 de 2001, que dispõe sobre emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

“A matéria aperfeiçoa dispositivo para incluir as taxas de condomínio no rol de títulos executivos protestáveis em cartório. Com isso, a administração dos condomínios contará com outro mecanismo de combate à inadimplência, como a inclusão dos devedores no cadastro negativo do SPC e do Serasa”, justificou. A proposta é baseada em lei adotada em São Paulo.



Tomelin: inscrição no Serasa e SPC

Sargento Soares defende justiça salarial para praças

O deputado Sargento Amauri Soares (PDT) destacou dia 5, na tribuna, a luta dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros pela conquista de justiça salarial.

O parlamentar fez uma retrospectiva dos acontecimentos desde a aprovação da Lei 254, em 2003, passando pelo último diálogo entre o Executivo e a Associação dos Praças de Santa Catarina (Aprasc), em 2005, até a tentativa de extinguir a associação, que representa a categoria com mais de 9 mil filiados.

Soares também destacou que os funcionários da Segurança Pública estão há quatro anos com salários congelados, “muitos tendo que realizar serviço como segurança particular para quitar dívidas”.



Soares: salários congelados

Darci de Matos quer mais delegacias para Joinville

O deputado Darci de Matos (DEM) encaminhou indicação ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e ao secretário de Segurança e Defesa do Cidadão pedindo a construção de mais quatro delegacias de polícia em Joinville. Elas seriam instaladas nos bairros Itinga, Vila Nova, Nova Brasília e no distrito de Pirabeiraba.

O parlamentar, também presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa, informou que a polícia precisa estar mais próxima do cidadão. “Com a construção destas delegacias em bairros populosos, os moradores terão o respaldo da polícia com mais agilidade quando for requisitada. Um dos nossos pedidos já foi atendido, com a inauguração da delegacia do bairro Aventureiro”, frisou Darci de Matos.



Darci: polícia perto do povo

Ana Paula cobra prestação de contas de recursos para chuvas

A deputada Ana Paula Lima cobrou, dia 5, agilidade do governo do Estado na prestação de contas sobre os recursos que foram liberados pelo governo federal para os atingidos pelas cheias e deslizamentos de novembro de 2008, no Vale do Itajaí. Ana Paula também pediu maior empenho na apresentação de projetos, para que sejam repassados ao estado os demais recursos disponíveis, decorrentes da medida provisória aprovada pelo governo federal com provisão de valores para atender esta demanda.

Esse apelo, segundo Ana Paula, é em função de milhares de famílias que ainda vivenciam o drama de não terem casa para retornar, estando em situação provisória em abrigos. E também da incerteza dos prefeitos dos municípios atingidos, dos quais muitos ainda não viram os recursos públicos federais chegarem.

Ana Paula comentou a determinação que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez à ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rouseff, para que se fizesse uma prestação de contas à sociedade catarinense sobre as ações do governo federal relacionadas à catástrofe.

No último dia 27, quando da visita presidencial para inauguração da subestação de transmissão de energia elétrica no Sul de Florianópolis, a ministra Dilma informou diversos valores que já foram liberados. São recursos oriundos da Secretaria Nacional dos Portos, do Fundo Nacional de Saúde,



Ana Paula: agilidade nos projetos

dos ministérios dos Transportes, Defesa e Integração Nacional e de estatais federais como Petrobras, Eletrobrás e BNDES. A maioria das verbas já foi empenhada, mas não liberada por falta da apresentação de projetos pelo Estado.

Terrrenos

A deputada também criticou o Executivo, que repassou recursos provenientes das doações de todo o país à prefeitura de Blumenau para a construção de moradia e, ao mesmo tempo, mantém projeto de lei na Assembléia que vende terras públicas estaduais em Blumenau. “Trata-se do projeto de lei 236/08 que, se aprovado, autorizará o governo a vender três áreas em Blumenau: a que está localizada a atual sede do Deinfra, no centro, um terreno de 1.710 metros quadrados, no bairro Vila Nova, e outro de 19.710 metros quadrados, no Salto do Norte.

Grando vai propor reativação de regiões metropolitanas

O deputado Professor Sérgio Grando (PPS) ocupou a tribuna, dia 5, para comunicar que o governo do Estado vai encaminhar à Assembléia, nos próximos dias, um projeto que prevê a reimplantação das regiões metropolitanas. Elas foram extintas quando da última reforma administrativa elaborada pelo Executivo e aprovada em 2007.

No ano passado, o deputado Kennedy Nunes (PP) apresentou proposta para que fossem novamente instaladas e o Plenário aprovou a matéria. Porém, o projeto foi vetado pelo governo, que alegou inconstitucionalidade por gerar custos à administração estadual e, por isso, precisava aportar na Casa tendo origem no Executivo.

Grando destacou a importância da existência das regiões. Além de facilitar a captação de

recursos federais para obras de infra-estrutura, principalmente para o saneamento básico, a implantação das regiões metropolitanas ajuda a comunidade, como por exemplo, no caso do transporte coletivo. “As passagens intermunicipais têm preço mais alto, numa região metropolitana isto não acontece.”



Grando: captação de recursos

O resgate da auto-estima e cidadania

Centro Cultural Escrava Anastácia ajuda a mudar a vida de jovens, que rompem “muro social” e conseguem descortinar um mundo de oportunidades

Sandra Annuseck

Jordânia Cardoso Venâncio, 18 anos, não nasceu no morro, mas na periferia da Grande Florianópolis. De origem humilde, a jovem acalentava desde criança o desejo de aprender a fazer bolos, sobremesas e receitas dessas que se vê em programas de televisão. Levou seis meses não apenas para dominar o ofício como também para presidir o “Sonho Nosso”, cooperativa de panificação e gastronomia, fruto do Aroeira 2, programa desenvolvido pelo Consórcio Social da Juventude da Grande Florianópolis, voltado para jovens de 16 a 24 anos com baixa renda familiar, desempregados, que estejam fre-

qüentando alguma instituição de ensino ou já tenham concluído o ensino médio, e estejam em busca de qualificação profissional.

Mais do que aprender um ofício, Jordânia descobriu que era possível chegar onde imaginava, que era possível ousar e, especialmente, que bastava “querer para conseguir” o que desejava.

“Antes de participar do Aroeira, eu logo desistia das coisas. Hoje, quando quero uma coisa, vou até o final. O programa recuperou minha auto-estima. Nunca imaginei que eu pudesse me tornar presidente de uma cooperativa”, confessa a jovem, que hoje trabalha na entidade como estagiária na recepção da secretaria do Centro

Cultural Escrava Anastácia (CCEA).

“Lembro que quando eu era pequena, tentava fazer pão, bolo, e nunca dava certo. No curso de gastronomia, aprendemos, sobretudo, a ter espírito de equipe”, lembra a jovem, que se prepara para um novo desafio: conquistar uma vaga na faculdade de gastronomia.

“Tudo na vida vale a pena. Se não der hoje, vai dar amanhã”, confessa Jordânia, de origem familiar humilde - o pai é pedreiro, a mãe não tem ensino fundamental e tem nove irmãos. “Embora a gente more longe do Morro do Maciço (sede do projeto), da minha família, quatro irmãos já participaram do Aroeira”, conclui.

Em busca de novos espaços

Ao contrário de Jordânia, Mário Davi Barbosa nasceu no morro, mais especificamente no Monte Serrat. Descobriu o Centro Cultural Escrava Anastácia quando tinha oito anos em 1997. Participou de oficinas comandadas pelo Padre Vilson Groh. Por questões familiares, deixou o morro em 1999, retornando em 2007. Hoje, aos 21 anos, trabalha na entidade como estagiário na área jurídica.

“O ciclo de vida de quem vive no Monte Serrat é diferente: as pessoas nascem, crescem e acabam morrendo sem ter oportunidade de ocupar novos

espaços nas cidades. Existe um muro social, impedindo o acesso de quem vive no morro à vida na cidade”, lamenta o jovem que ingressou na universidade através do Pró-Une, programa que garante bolsas de estudo integral em universidades a alunos sem condições financeiras de bancar o ensino superior e com melhor desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Mário confessa que desde cedo teve consciência do destino dos que viviam onde ele nasceu. “Sempre é reservado a eles o trabalho subalterno”, lamenta, referindo-se ao pai que traba-

lha como auxiliar de limpeza e vigilante.

Deixou o morro por um tempo, vivendo em diversas regiões da Grande Florianópolis. Participou dois anos como estagiário do Programa Antonieta de Barros, mantido pela Assembléia Legislativa, para jovens afro-descendentes.

“Foi difícil voltar ao morro. Era como se estivesse retrocedendo no tempo, mas foi bom para repensar”, admite Mário, que participa nos finais de semana do projeto “Quebrando Correntes”, que tem como foco discutir problemas sociais.

Saiba mais

Fundado em 1994, o Centro Cultural Escrava Anastácia é uma organização não-governamental. Foi projetada para abrigar projetos e atividades educativas para os moradores do Morro. Nasceu a partir do trabalho de um grupo de mulheres, da comunidade, negras em sua maioria, que tinha como preo-

cupação encontrar alternativas para que seus filhos e filhas não ficassem entregues aos apelos do tráfico e da criminalidade. A partir das pequenas ações, focadas na comunidade, a ação da entidade foi-se expandindo a todas as periferias da Grande Florianópolis, visando sempre possibilitar a crianças, adoles-

centes e jovens, a conquista e o exercício de seus direitos, ampliando suas possibilidades, não apenas de sobrevivência, mas de vida com dignidade. Entre os projetos, está o Aroeira voltado para afro-descendentes, indígenas, em conflito com a lei, portadores de deficiência, entre outros.

Fábia Hafermann/Divulgação



Jordânia trabalha hoje como estagiária na recepção da entidade



Mário empresta seus conhecimentos de estudante de Direito para o projeto